



Universidade de Brasília
Instituto de Relações Internacionais
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais
XX Curso de Especialização em Relações Internacionais

Cooperação Brasileira com Angola, com a Namíbia e com a África do Sul em Matéria de Defesa: os Benefícios para o Brasil

Gustavo Caramori de Lemos

**Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção
do título de Especialista em Relações Internacionais**

Orientador: Prof. Dr. Juliano da Silva Cortinhas

Brasília

2019

Resumo: o artigo investiga como o Brasil se beneficiou com as suas relações de cooperação em matéria de defesa com Angola, Namíbia e África do Sul, países importantes no contexto regional atlântico e que fazem parte do Entorno Estratégico brasileiro, conceito consagrado nos principais documentos de defesa do país. A análise parte da renovação do relacionamento Brasil e África nos anos 2000 até a atualidade, demonstrando que essas cooperações com as três nações africanas foram produtivas e proveitosas para o país sul-americano nas dimensões política, econômica e comercial, militar, tecnológica e de segurança regional.

Abstract: the article investigates how Brazil has benefited from its defense cooperation relations with Angola, Namibia and South Africa, which are important countries in the Atlantic regional context and are part of the Brazilian Strategic Environment, a concept enshrined in the main documents of the country. The analysis begins with the renewal of the relationship between Brazil and Africa in the years 2000 to date, demonstrating that these negotiations with the three African nations were productive and beneficial to the South American country in the political, economic and commercial, military, technological and regional security areas.

Palavras-chave: cooperação; defesa; Brasil.

1. Introdução

O Brasil, desde finais do século XX, mas principalmente durante os governos Lula e Rousseff, avançou nas suas relações com Angola, Namíbia e África do Sul em vários campos, evoluindo e adensando a agenda, seja no crescimento das relações comerciais e de investimento, seja no incremento dos vetores político-diplomáticos ou no aumento das iniciativas de cooperação. Nesse revigoração das relações do Brasil com as três nações, houve diversas iniciativas de cooperação e inúmeras ações conjuntas executadas, tanto em quantidade quanto em complexidade.

Uma dessas áreas de intensificação da cooperação foi a defesa, o que é expressado pelos programas de cooperação técnica no setor, pelas realizações de exercícios conjuntos, pela assistência na formação de forças armadas, pelo desenvolvimento conjunto de tecnologias de defesa, pelas vendas de material de emprego militar, pelos amplos acordos estratégicos de cooperação em defesa e pelos encontros de alto nível na área.

Essas relações de cooperação em defesa e, não menos, o adensamento das agendas em geral, indicam que Angola, Namíbia e África do Sul foram parceiros valorizados pelo Brasil. Desse modo, não pode ser coincidência que, no mesmo período, surgiu no pensamento de defesa brasileiro o conceito de *Entorno Estratégico nacional* englobando, além da América do Sul e do Atlântico Sul, diversos Estados africanos, entre os quais essas três nações da costa ocidental daquele continente. Considerando esse peso estratégico, oficialmente reconhecido; tendo em mente essas expressivas políticas cooperativas do Brasil com esses parceiros em foco, e considerando que os benefícios advindos de uma parceria cooperativa nem sempre são claros para a população e opinião pública do país que contribui mais na relação, é importante elucidar quais foram os ganhos do Brasil com sua política de cooperação em defesa com Angola, Namíbia e África do Sul. Esse é o propósito da presente pesquisa: examinar quais os ganhos do país sul-americano nessas relações com os três importantes parceiros da costa ocidental africana.

A respeito de tal questão, o estudo presume três formas em que o Brasil obteve resultados positivos com as cooperações em defesa com Angola, Namíbia e África do Sul. Primeiramente, possíveis ganhos em termos de poder militar e segurança regional

provenientes da cooperação técnica em defesa, realização de exercícios militares conjuntos e desenvolvimento conjunto de tecnologias de defesa. Em segundo lugar, rendimentos econômicos provenientes do comércio de armas e equipamentos de defesa. Como terceira forma de ganhos, pressupõe-se que tais interações cooperativas em defesa têm a capacidade de multiplicar seus efeitos, proporcionando vantagens políticas para o Brasil.

Na tentativa de se confirmar tais hipóteses e de se atingir o objetivo da presente pesquisa, serão utilizadas informações quantitativas e qualitativas, a literatura teórica e os artigos de opinião especializados no assunto, o pensamento e os conceitos estratégicos brasileiros oficiais, o discurso oficial brasileiro e dados concretos das ações cooperativas do Brasil com Angola, Namíbia e África do Sul. O recorte temporal abrange o período dos governos Lula e Rousseff até a atualidade, com foco especial para os governos do Partido dos Trabalhadores, quando houve uma ampliação e aprofundamento das relações com Angola, Namíbia e África do Sul. Ademais, a literatura especializada também se concentra mais nesses governos.

Não serão objeto de escrutínio os interesses e os ganhos das três nações africanas nessas relações com o Brasil em matéria de defesa. Outrossim, não se intenciona considerar tais possíveis ganhos do Brasil nas relações em análise de maneira exaustiva, mas, apenas, seguir o critério dos indícios que surgiram durante o estudo do assunto para selecionar as três formas que serão abordadas. O propósito não é fazer uma avaliação das capacidades de defesa nacional do Brasil ou de qualquer um dos três países africanos. Também, não será objeto da presente investigação o valor estratégico de Angola, Namíbia e África do Sul para a defesa do Brasil. Essa questão é tomada de forma apriorística no desenvolvimento deste trabalho científico a partir do conceito de Entorno Estratégico nacional.

O desenvolvimento do artigo será dividido em quatro partes. Na primeira, serão apresentados, brevemente: a estratégia de política externa na qual as relações de cooperação em tela se inserem, dados que expressem a evolução da cooperação Brasil-África e os mecanismos político-diplomáticos correspondentes a tais relações do Brasil com as três nações africanas. Nas três seções seguintes, serão examinados os possíveis ganhos do Brasil, conforme as hipóteses pensadas. Em todas elas, serão

abordadas as relações com os três parceiros. Primeiro, serão analisados os possíveis ganhos para o poder militar brasileiro e para a segurança regional; depois, serão observados os ganhos econômicos e comerciais com as transações de materiais de defesa; por último, na quarta parte, serão analisados como essas cooperações em defesa podem ter revertido ao Brasil vantagens políticas.

2.1 A estratégia Sul-Sul, a evolução da cooperação Brasil-África e os acordos estratégicos em defesa.

As relações de cooperação em defesa do Brasil com Angola, com Namíbia e com África do Sul desenvolvidas durante o período Lula-Rousseff eram componentes de uma estratégia mais ampla de aproximação e fortalecimento de laços com países inseridos nas relações internacionais Sul-Sul. Essa agenda hemisférica foi mais exercitada durante os dois governos Lula, tanto que, como define Seabra, pode ser vista como um instrumento de uma política externa que definia como uma de suas prioridades a inserção do Brasil na elite internacional como um poder emergente consensualmente reconhecido. Além dos propósitos e das estratégias políticas, o capítulo africano da agenda ativa e altiva foi complementado por um grande esforço governamental e privado para capturar oportunidades de negócios que acabaram por aumentar os fluxos do comércio e dos investimentos multissetoriais do grande capital brasileiro, ao mesmo tempo, foram enfatizados e nutridos os vínculos históricos e culturais do Brasil com a África (SEABRA, 2014, p. 79-80). Porém, tais movimentos mais interessados no continente ancestral não seriam inéditos na história das relações internacionais do Brasil (SARAIVA, 2010). Algumas trocas com Namíbia, com África do Sul e com Angola remontam a negociações anteriores a 2003. Nesse retorno à África, foram enfatizados não só canais bilaterais de relacionamento, mas também mecanismos coletivos de cooperação e coordenação política e diplomática como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, que também serviu de plataforma para a elaboração e execução de iniciativas conjuntas em defesa.

Uma vez que a ajuda e a colaboração com os países africanos foram consideradas vetores precípuos da projeção internacional do Brasil, consoante a sua

renovada orientação Sul-Sul, a cooperação técnica foi intensificada abarcando diversas áreas. O orçamento da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) para a execução de programas com a África saltou de menos de US\$ 2 milhões em 2003 para quase US\$ 20 milhões em 2010. Contudo, em 2011 esse valor caiu para menos de US\$ 14 milhões e, em 2014, alcançou menos de US\$ 6 milhões (SEABRA, 2015, p. 43). Em 2009, o continente africano era o destino principal das verbas da ABC – 50%, seguido da América do Sul (23%) e América Central e Caribe (12%) (PEREIRA, 2011, p. 54). De 2011 a 2013 esse predomínio continuou, com cerca de R\$ 9,2 milhões despendidos durante o período contra cerca de R\$ 4 milhões para outras regiões destinatárias (IPEA; ABC, 2016, p.33). De 2014 a 2016, a ABC gerenciava 22 programas com países africanos e 26 com países da América Latina (IPEA; ABC, 2018, p.24).

Igualmente, foram executados vários programas e atividades de cooperação técnica em defesa com governos africanos, além de outras políticas conjuntas também no mesmo setor, como será apresentado mais adiante. Essas iniciativas de cooperação em defesa no quadro das relações atlânticas renascidas têm como base jurídica e institucional original os acordos estratégicos em defesa, que possibilitavam a abertura de conversações para futuros aprofundamentos das parcerias. Durante o governo Lula, foram assinados acordos de cooperação no domínio em questão com sete países africanos, entre os quais estavam Angola, Namíbia e África do Sul. (ABDENUR; SOUZA NETO, 2014, p. 217).

Com Angola, foi assinado, em 2010, o Acordo de Cooperação entre Brasil e Angola no Domínio da Defesa (MRE, 2018). Com a Namíbia, foi assinado, em 2009, o Acordo entre o Brasil e a Namíbia sobre Cooperação no Domínio da Defesa (MRE, 2018). Com a África do Sul, a parceria estratégica foi celebrada em 2003 (MRE, 2018). Entre os diversos objetos de cooperação elencados pelos mecanismos bilaterais em foco estão: ensino e instrução, transmissão de conhecimentos e experiências operacionais, formação de quadros e pessoal técnico-militar, ciência e tecnologia de interesse militar, pesquisa e desenvolvimento, apoio logístico e aquisição de produtos, sistemas e serviços de defesa, facilitação de iniciativas comerciais no setor e promoção e realização de ações e exercícios conjuntos de treino e instrução militares acompanhados de trocas de informações.

A partir de 2010, os programas de cooperação técnica em defesa foram executados conforme parceria interministerial definida no Acordo de Cooperação Técnica na área de Defesa entre o Departamento de Administração Interna do Ministério da Defesa e a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores, que estabelece a coordenação entre os ministérios para facilitar o desenvolvimento de parcerias e acordos estratégicos no setor (MD, 2018).

2.2.1 Ganhos para o poder militar brasileiro.

O presente trabalho defende que as ações e programas de cooperação em defesa entre Brasil, Angola, Namíbia e África do Sul foram positivas para o *poder militar* do Brasil:

Expressão do Poder Nacional, constituída de meios predominantemente militares de que dispõe a nação para, sob a direção do Estado, promover pela dissuasão ou pela violência a conquista dos objetivos nacionais ou sua manutenção (MD, 2015, p. 212).

No entanto, ao contrário do que se presume nesta investigação, para Aguilár, dado que as relações do Brasil com a maioria dos seus parceiros africanos são assimétricas, a cooperação em defesa pouco ou nada acrescenta ao poder militar brasileiro, mas acrescenta muito ao poder daqueles que recebem a ajuda brasileira (AGUILAR, 2013, p. 65). O autor cita como exemplo disso o caso da associação entre a Marinha do Brasil com a Marinha da Namíbia.

Não só o Brasil não teria tido uma grande mudança no seu poder militar com iniciativas de cooperação com países da costa ocidental africana, mas também não construiu qualquer poder militar expressivo em geral na última década, mesmo que isso seja um compromisso consubstanciado nos documentos de defesa nacional (CORTINHAS, 2019, p. 167).

Na revisão de outras fontes teóricas, são escassas as menções sobre resultados positivos para o poder militar brasileiro provenientes de tais cooperações com os três países africanos. Os dados recolhidos também não trazem indícios de que uma grande

mudança positiva para esse poder brasileiro tenha ocorrido com tais relações. Dessa maneira, provavelmente, é impreciso ou muito precipitado afirmar que tais cooperações com os três países africanos significaram um ponto de inflexão considerável, uma grande transformação nessa forma de poder brasileiro. Contudo, também é precipitado afirmar que não houve ganho algum para as capacidades militares do Brasil com essas cooperações.

Desse modo, optou-se por concentrar a análise naquelas relações que a princípio apresentaram indícios de possíveis ganhos para o Brasil considerando também que não foi encontrada nenhuma evidência que negue a afirmação de que houve ganhos militares com as três formas de cooperação a seguir analisadas.

2.2.1.1 Cooperação técnica em defesa para treinamento militar.

Para o estudo deste tópico, foram observados dados recolhidos por artigos especializados no assunto e, originalmente para esta pesquisa, coletados e analisados dados fornecidos pelo Ministério da Defesa¹ brasileiro e pela Agência Brasileira de Cooperação² mediante requisição por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI), além de dados disponíveis nos portais eletrônicos desses órgãos federais.

Segundo o banco de dados disponibilizado no sítio eletrônico da Agência Brasileira de Cooperação, de 2009 a 2018, foram implementados, anualmente, 35 programas de cooperação técnica em defesa militar com 8 países africanos: Cabo Verde, Senegal, Guiné Bissau, Benim, Nigéria, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Angola (ABC, 2018). Conforme as informações fornecidas mediante requisição, a ABC indica que, no período destacado, foram, no total, capacitados 265 militares, provenientes dos países acima listados menos Benim e São Tomé e Príncipe (ABC, 2018).

Com Angola, de 2003 a 2013, Seabra (2015, p. 81-87) expõe dados que indicam o treinamento de 61 militares angolanos por meio de programas de cooperação

¹ MD – Ministério da Defesa. E-SIC – Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão. Protocolo: 60502001413201810, (MD, 2018).

² ABC – Agência Brasileira de Cooperação. E-SIC – Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão. Protocolo: 09200000579201866, (ABC, 2018).

técnica em defesa oferecidos por instituições e centros de ensino e treinamento militares especializados pertencentes às forças armadas brasileiras. Com base nos dados fornecidos mediante requisição à ABC, feita originalmente para este trabalho, Angola teve 42 militares capacitados pelas forças brasileiras em programas implementados durante o período de dezembro de 2011 a março de 2018. Entre os membros da CPLP, Angola é o segundo país africano, no período de 2010 a 2018, que mais teve militares treinados no Brasil, atrás apenas de Moçambique, com 124 militares capacitados. Contudo, a nação lusófona está atrás do Senegal, que conta com 61 militares treinados (ABC, 2018). Segundo o Termo de Execução Descentralizada nº 10/2017, fornecido pelo Ministério da Defesa, em 2018, foram treinados 2 militares de Angola (MD, 2017).

Com a África do Sul, de 2003 a 2013, Seabra (2015, p. 81-87) aponta que foram apenas 3, treinados por instrutores e professores da Força Aérea Brasileira, 2 em 2005 e 1 em 2006. Em nossa pesquisa em fontes primárias, não foram encontradas informações de militares sul-africanos capacitados em cursos oferecidos pelo Brasil, nem as respostas fornecidas pela ABC ou pelo Ministério da Defesa acerca de tais programas mencionam cooperações nesse sentido com o parceiro atlântico.

Esse pequeno resultado da cooperação técnica de treinamento militar com a África do Sul contrasta muito com o expressivo número de militares da Namíbia treinados por oficiais brasileiros de 2003 a 2013: 1901, sendo que, nessa quantia, a Marinha brasileira contribuiu com o preparo de 1897 militares namibianos³ (Seabra, 2015, p. 81-87). Em resposta às solicitações feitas por LAI, para o presente trabalho, sobre cooperações com os três países em questão, realizados no período de 2003 até o momento, a ABC disponibilizou dados apenas das atividades com Angola, entre outros países da África, do período de 2009 à 2018, e não esclareceu a ausência de informações de iniciativas no setor com os outros dois países examinados⁴ (ABC,

³ Essa expressiva participação da força naval brasileira na formação da Marinha namibiana, que foi aumentando de 2003 a 2013, demonstra o firme interesse que o Brasil tem na estruturação das forças de defesa da nação costeira africana.

⁴ Os bancos de dados nos portais eletrônicos da ABC e do Ministério da Defesa também não informam sobre parcerias técnicas em defesa com a Namíbia ou com a África do Sul (ABC; MD, 2018), fato considerado surpreendente pelo autor deste artigo. Apesar de não haver dados oficiais concretos, sabe-se que a cooperação com entre a Marinha brasileira e a namibiana é um dos principais esforços na área de defesa de nosso país com o continente africano.

2018). Por sua vez, o Ministério da Defesa, respondeu que não detêm os registros de programas de cooperação técnica em defesa com qualquer país, no período de 2003 até o presente, pois a elaboração e a gestão de tais iniciativas cabe à ABC (MD, 2018). No entanto, o Ministério forneceu Termos de Execução Descentralizada (TED), documentos preparados com a colaboração da ABC, que registram as cooperações técnicas realizadas em cumprimento aos Programas de Cooperação Técnica em Defesa⁵; de acordo com o TED nº 10/2017, em 2018, foi treinado 1 militar da Namíbia (MD, 2017).

Observa-se que a maioria das cooperações técnicas em defesa do Brasil com a África são realizadas com Estados africanos que preenchem a costa ocidental do continente, indo do Cabo Verde à África do Sul. São atores soberanos de peso estratégico e com importantes vínculos sociais e culturais com o Brasil.

Em resposta à requisição de informações, a ABC respondeu que o objetivo de tais cooperações é “apoiar a estruturação das Forças Armadas dos países parceiros da cooperação brasileira em torno de capacidades, dotando-as de pessoal compatível com os planejamentos estratégicos e operacionais” (ABC, 2018).

Os dados demonstram que houve um esforço brasileiro para cumprir tal objetivo. Contudo, o propósito desta análise é verificar se essas cooperações resultaram em algo positivo para o Brasil em termos de acréscimo de poder militar. Ao que parece, isso não ocorreu.

O que se depreende de tais programas é que eles não representam um aperfeiçoamento das capacidades das forças armadas brasileiras, nem em termos de capacidades de treinamento nem em ganhos reais de força, pois se observa que tais iniciativas não são um intercâmbio real e efetivo de teoria e de práticas. Pelo contrário, o canal de transmissão é de via única, são transmitidos conhecimentos e técnicas militares operacionais originadas da experiência brasileira – por meio do ensino e instrução de escolas brasileiras. Não foram encontrados indícios de que há uma troca de experiências e conhecimentos efetiva com os militares africanos ou informações de que outros militares brasileiros foram enviados para escolas de ensino militar

⁵ Programa de Cooperação Técnica em Defesa - América Latina e África 2016; Programa de Cooperação Técnica em Defesa - América Latina, África e Ásia 2017 e 2018 (MD, 2018).

africanas, além dos 11 oficiais brasileiros que, entre 2004 e 2010, foram estudar em cursos de curto prazo de instituições sul-africanas (SANTOS, 2014, p. 117 *apud* SEABRA, 2015, p. 86). Em 2014, houve conversações para a ampliação da oferta de vagas em cursos de formação militar tanto no Brasil quanto na África do Sul⁶. As cooperações em programas de instrução e treinamento oferecidos pelo Brasil podem até resultar em alguns aprimoramentos circunstanciais, elementares nos modelos e conteúdo dos cursos de treinamento brasileiros (o que pode ser feito sem a participação estrangeira), mas trocas de conhecimentos e experiências que resultem em um aperfeiçoamento significativo desses vetores de capacitação militar para o Brasil não foram detectadas.

Desenvolver as capacidades militares do Brasil por meio do intercâmbio técnico com países parceiros nem mesmo é definido pelo discurso oficial como um objetivo do Brasil ou um resultado esperado com tais cooperações, a justificativa de tais programas, anteriormente destacada, foi fornecida pela ABC ao ser questionada sobre o assunto. Em documentos interministeriais⁷, fornecidos pelo Ministério da Defesa mediante requisição de informações, fica claro que o objetivo é atender demandas dos países parceiros na área de defesa (MD 2016; 2017).

Claro, cabe considerar a possibilidade que tais países (com exceção talvez da África do Sul, com o qual o Brasil, como visto, pouco cooperou em termos de treinamento técnico), pela sua trajetória histórica, não formaram, ainda, uma base de conhecimentos e *expertise* técnicos militares de alta importância estratégica para forças armadas e operações de caráter regular ou convencional que atenda necessidades de países mais avançados na área. Mattheis (2016, p. 12) afirma que a relação de capacidades de segurança (também de poder político, econômico e territorial) entre o Brasil e seus parceiros africanos é tão assimétrica que as parcerias se assemelham a uma dinâmica paternalista daquele com esses.

⁶ PADILHA, Luiz. **Brasil e África do Sul fortalecem cooperação na área de defesa**. Defesa Aérea & Naval, 2014 Disponível em: <<https://www.defesaaereanaval.com.br/brasil-e-africa-do-sul-fortalecem-cooperacao-na-area-de-defesa>>. Acesso em: 06 jan. 2019.

⁷ Termos de Execução Descentralizada entre o Ministério da Defesa e a Agência Brasileira de Cooperação.

Portanto, é possível concluir que esta modalidade de cooperação em defesa do Brasil com tais países mais se assemelha a uma assistência, indo de acordo com a conclusão de Aguilar (2013, p. 66). Assim, não há ganhos para o poder militar da defesa nacional brasileira com programas de cooperação técnica em defesa para treinamento militar. Contudo, seria possível afirmar o mesmo com relação à segurança regional?

A ABC e o Ministério da Defesa também justificam tais programas de assistência técnica militar como parte dos esforços conjuntos e indissociáveis da política externa e de defesa do Brasil que procuram a manutenção da estabilidade regional e a construção de um ambiente internacional de paz e segurança mais cooperativo de grande interesse para o Brasil. (MD, 2016; 2017). Nos mesmos documentos, é ressaltado que o escopo de tais atividades vai além da estruturação dos quadros militares estrangeiros, considerando também a futura expansão da cooperação e integração em defesa com os parceiros do Atlântico Sul, coordenando políticas e operações para afastar ameaças regionais. Os eventuais benefícios para a segurança regional, que a cooperação em defesa do Brasil com a África em todas as suas formas pode ter trazido, será tratado mais adiante.

Complementando essa agenda de suporte à segurança e coordenação regionais, as peças e informativos oficiais que descrevem tais programas de cooperação (ou assistência) técnica apontam como razões o “fortalecimento das relações bilaterais e o estreitamento dos laços de união” (ABC, 2018 e MD 2016; 2017) com os países parceiros, bem como o incremento dos intercâmbios regionais e a integração para o desenvolvimento dos países amigos. Esses intuitos envolvem o emprego de ativos políticos, os quais podem ser conseguidos não somente com essas atividades cooperativas de transmissão de técnicas em defesa, mas também com qualquer outra forma de cooperação ou ajuda. Esses resultados políticos da cooperação em defesa serão examinados em uma seção posterior da pesquisa.

2.2.1.2 Exercícios militares conjuntos.

São diversos os exercícios militares conjuntos que são realizados com a participação de Brasil, de Angola, da Namíbia e da África do Sul, alguns de destaque e mais referenciados nos estudos e nas comunicações oficiais são: a Operação FELINO e a Operação IBSAMAR.

Mas há outros, também relevantes, como a Operação OBANGAME EXPRESS – realizada, anualmente, desde 2010 e que envolve as marinhas do Brasil, de Angola, dos Estados Unidos da América e de diversos outros países regionais e extra regionais com o propósito de aumentar a segurança marítima no Golfo da Guiné e a interoperabilidade entre as Marinhas e agências envolvidas (Marinha do Brasil, 2018). Outro exercício combinado entre Brasil, África do Sul e outras nações atlânticas é o ATLASUR. Suas manobras incluem técnicas de guerra de superfície, enfrentamento de ameaças submarinas, combate aeronaval, táticas de forças especiais e de ações antipirataria, entre outras⁸. Atualmente, com Angola, o Exército brasileiro desenvolve um projeto para criação de um centro de treinamento para operações de paz (NETO, 2018).

Com a Namíbia foram realizados exercícios bilaterais após visitas de embarcações estratégicas brasileiras em 2010 e em 2013. Nessas viagens, também foram realizadas as mesmas experiências com as forças de Angola (SEABRA, 2015, p. 89). Em 2014, a Marinha do Brasil coordenou o primeiro exercício de projeção de poder naval sobre terra realizado pelo Corpo de Fuzileiros Navais da Namíbia, onde foi simulado um ataque para neutralizar uma fictícia base pirata⁹. Estava previsto para 2015 a execução da operação ATLANTIC TIDINGS coordenando as marinhas do Brasil, de Angola, da África do Sul e da Namíbia (SOUSA, 2014, p. 8), porém, até a conclusão deste trabalho, não foi encontrada nenhuma evidência de que o exercício tenha ocorrido. Em março de 2017, o Navio Patrulha Oceânico brasileiro *Apa* visitou

⁸ LOPES, Roberto. Armada Argentina está fora da Operação Atlasur na África do Sul. Poder Naval. 2018. Disponível em: <https://www.naval.com.br/blog/2018/07/04/armada-argentina-esta-fora-da-operacao-atlasur-na-africa-do-sul/>. Acesso em: 06 fev. 2019.

⁹ OLIVE, Ronaldo. **Marinha do Brasil coordena exercício na Namíbia**. Revista Tecnologia e Defesa, 2014. Disponível em: <http://tecnodefesa.com.br/marinha-do-brasil-coordena-exercicio-na-namibia/>. Acesso em 06 fev. 2019

o porto de *Walvis Bay*, na Namíbia. Na ocasião, foram realizados exercícios conjuntos entre a Marinha brasileira e a namibiana (Marinha do Brasil, 2017).

A Operação FELINO foi iniciada em 2000, envolvendo todos os membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. A operação objetiva o adestramento integrado dos militares para atuação em missões de paz e de assistência humanitária (MD, 2018) incrementando a interoperacionalidade das forças armadas participantes (FAB, 2017). Em 2017, a operação completava sua décima sétima edição, já tendo sido realizada três vezes em território brasileiro (CPLP, 2017).

Esse exercício militar de treinamento, conjunto e combinado, para tarefas de organização, de planejamento e de comando e controle de operações de apoio à paz e à ajuda humanitária pode sem dúvidas ter favorecido as capacidades militares do Brasil, além de representar outras vantagens. O treinamento tem aproximado as Forças Armadas envolvidas, o que contribuiu para o aprimoramento da capacitação técnico-científica no campo militar, além de fortalecer a cooperação entre os países participantes (GOLDONI e CIRIBELLI, 2016, p. 214). Para o diretor da atividade, comandante da 4ª Brigada de Infantaria Leve, general Carlos André Alcântara Leite, a *"integração entre os países da CPLP e o intercâmbio de experiências entre as Forças Armadas possibilita uma significativa troca de conhecimentos."* (CPLP, 2017). Para o Almirante Ademir Sobrinho, não só conhecimentos são trocados, mas tais atividades também facilitam o relacionamento dos oficiais brasileiros e estrangeiros em futuras missões de paz. O Almirante também destacou que essas operações coordenadas possibilitam que o Brasil apresente seus produtos de defesa, o que pode abrir caminho para futuras negociações comerciais e eventuais projetos de desenvolvimento conjunto de tecnologias na área (FAB, 2017).

O IBSAMAR ocorre desde 2008 e, em 2018, executou sua sexta edição, envolvendo as marinhas do Brasil, da África do Sul e da Índia, no âmbito do fórum cooperativo IBAS. O exercício também objetiva a interoperabilidade das forças para a ação humanitária e para o combate à pirataria (ABDENUR e SOUZA NETO, 2014, p. 227-228). A operação, que utiliza diversas armas e outros equipamentos militares, facilita a integração entre as forças brasileiras e africanas; capacita e adestra os efetivos brasileiros com técnicas e equipamentos avançados utilizados pela África do Sul e pela

Índia; e possibilita o preparo dos militares brasileiros para atender as responsabilidades crescentes no Atlântico Sul, marcando a presença da Marinha do Brasil na região estratégica e fortalecendo a defesa nacional e a segurança regional coletiva (GOLDONI e CIRIBELLI, 2016, p. 211).

Todos esses exercícios não só trazem diversos resultados positivos para o poder militar brasileiro nas dimensões técnica, tecnológica, operacional e teórica, mas também podem trazer ganhos para a segurança regional, tópico que será desenvolvido mais adiante. Além disso, tais cooperações estreitam as relações entre os países envolvidos, principalmente entre aqueles, como afirmou o ex-ministro da defesa Raul Jungmann, que compartilham uma matriz linguística, étnica e cultural (MD, 2017). Esse estreitamento pode dotar o Brasil de ativos políticos nos níveis bilateral e regional. Também podem haver dividendos multilaterais, pois o país estaria provando a sua capacidade brasileira de se engajar e de atuar com eficiência em situações de manutenção da paz e segurança internacionais.

2.2.1.3 Cooperação no desenvolvimento de tecnologias de defesa.

Nesta forma de cooperação, a relação que mais se destaca é a entre Brasil e África do Sul. Os dois países são polos regionais no desenvolvimento de tecnologias de defesa. Como o objetivo do subtítulo é observar os ganhos no aspecto tecnológico que reverberam no aumento da capacidade militar e tecnológica de defesa e segurança, não serão tratados os ganhos econômicos de inovação para a base industrial de defesa do Brasil.

Esse relacionamento bilateral estratégico tem como produto mais relevante da parceria o desenvolvimento dos mísseis A-Darter, iniciado em 2003, fruto do amplo acordo estratégico firmado no mesmo ano. A produção do armamento envolve empresas privadas de ambos os países. O míssil é de curto alcance, projetado para atingir alvos num raio de até 12 km. Os sócios sul-africanos foram pioneiros nesse protótipo, com um histórico de desenvolvimento que data desde o final dos anos 1960, período em que o país, pressionado internacionalmente e em conflito com Angola, teve de provar que era capaz de produzir de forma autônoma tecnologias críticas. A

fabricação dos protótipos teve início em 2007 e os custos são compartilhados (MARTIN *et al*, 2014, p. 32). Os dois países também trabalham na fabricação de um sistema de vigilância por satélite oceanográfico a ser estabelecido no Atlântico Sul (ABDENUR e SOUZA NETO, 2014, p. 13).

Os mísseis são capazes de realizar manobras de alto desempenho com sensor que detecta o alvo e ajuda no cálculo da rota (CAIXETA *et al*, 2016, p. 15). Na construção dos mísseis, de 5ª geração, houve uma ampla integração entre as indústrias dos países, o que favorece o setor, como será exposto adiante, com densa transferência de tecnologias. Os dispositivos de combate aéreo têm elementos vantajosos: motor com baixa emissão de fumaça, reduzida detecção visual, identificação e desvio de artifícios lançados por alvos para despistar mísseis caçadores, entre outros¹⁰. Em 2018, o equipamento bélico foi aprovado com sucesso na etapa final de ensaios, o que autoriza a sua comercialização¹¹. As armas serão acopladas nos caças Saab Gripen NG, que serão ativados pela Força Aérea Brasileira a partir de 2019¹².

A união bilateral de conhecimentos foi nutrida com a experiência africana na produção de tecnologias bélicas com rico conteúdo tecnológico, proporcionando ao Brasil receber ativos científicos e tecnológicos de significativo valor, não só para as capacidades dissuasórias nacionais, mas também para as múltiplas aplicações na esfera civil - agricultura, sensores, sistemas de comunicação por rádio, veículos aéreos não tripulados (ESCOSTEGUY, 2011, p. 157).

Percebe-se que essas características do armamento significam uma evolução nos instrumentos que capacitam as ações do poder militar brasileiro e introduzem, na força dissuasória aérea brasileira, táticas avançadas de combate. Não há dúvida que essa elevação da autonomia estratégica militar brasileira é algo positivo para a segurança do Brasil, como afirmou o antigo Ministro da Marinha, Maximiano da Silva

¹⁰ PADILHA, Luiz. **Brasil e África do Sul fortalecem cooperação na área de defesa**. Defesa Aérea & Naval, 2014. Disponível em: <<https://www.defesaareanaval.com.br/brasil-e-africa-do-sul-fortalecem-cooperacao-na-area-de-defesa>>. Acesso em: 06 jan. 2019.

¹¹ Defesanet. **A-Darter – Míssil conclui testes na África do Sul**. 2018. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/fab/noticia/30707/A-Darter-%E2%80%93-Missil-conclui-testes-na-Africa-do-Sul/>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

¹² Airway. **Futuro míssil da FAB, A-Darter conclui fase de testes**. 2018. Disponível em: <<https://airway.uol.com.br/futuro-missil-da-fab-a-darter-conclui-fase-de-testes/>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

Fonseca: “*não existe segurança autêntica com dependência tecnológica*” (VIEGAS FILHO, 2016, p. 108). Além do mais, isso pode impactar favoravelmente a segurança coletiva do Atlântico Sul.

2.2.2 Benefícios para a segurança regional

Para o pensamento estratégico oficial, o conceito de segurança nacional é definido como a

Condição que permite a preservação da soberania e da integridade territorial, a realização dos interesses nacionais, livre de pressões e ameaças de qualquer natureza, e a garantia aos cidadãos do exercício dos direitos e deveres constitucionais. (MD, 2015, p. 250).

Nos contornos regionais, a segurança recebe conotação semelhante:

[...] um conceito e uma prática que buscam garantir aos Estados e aos seus indivíduos, a ausência de ameaças existenciais [...] o espaço em que atores recorrem a medidas de segurança, a fim de mitigar a presença de ameaças existenciais potenciais ou reais, pode ser descrito a partir de sua natureza geográfica ou cognitiva. Assim, um arranjo, como uma aliança entre Estados contíguos, pode ser pensado para enfrentar ameaças, mas também dentro de um espaço gerado social ou culturalmente como uma região, como a região transnacional (...) (BRAGA et al, 2018).

Segurança não envolve apenas meios militares de defesa, mas esses elementos são fundamentais para se alcançar e manter segurança em nível nacional como em nível regional. Sendo assim, a análise se concentra apenas nas consequências positivas para a segurança do Atlântico Sul produzidas pelas cooperações em defesa.

Um dos conceitos fundamentais para a análise será o de *Entorno Estratégico* (no qual estão incluídos Angola, Namíbia e África do Sul), considerado como uma área de *interesse prioritário* (Política Nacional de Defesa, 2016). O instituto de estudos estratégicos Pandiá Calógeras define, em suas linhas de pesquisa, o entorno estratégico

brasileiro como uma região que, embora distante de espaços de graves tensões e conflitos mundiais, apresenta instabilidades e riscos de grande importância para a defesa nacional.¹³

Segundo Fiori (2013, p. 32), esse espaço crítico para os cálculos estratégicos do Brasil engloba não somente as interações de defesa, mas também outros perfis das relações externas do país, integrando ações diplomáticas, políticas de defesa e de desenvolvimento econômico: “[...] região onde o Brasil quer irradiar – preferencialmente – sua influência e sua liderança diplomática, econômica e militar, o que inclui a América do Sul, a África Subsaariana, a Antártida e a Bacia do Atlântico Sul.” O autor, apesar de delimitar a região africana estratégica como o espaço subsaariano do continente, destaca como relações principais aquelas com os países da costa ocidental.

O Livro Branco de Defesa Nacional (2012, p. 290) propõe que, para aumentar a garantia de paz no *Entorno Estratégico*, diversos elementos das relações entre países devem ser trabalhados, como: processos de integração; fortalecimento de canais diplomáticos e de meios institucionais; aumento do comércio; estímulo da associação das bases industriais e incremento da cooperação.

A agenda de atividades conjuntas na área de defesa com os países da costa ocidental africana refletia o interesse do Brasil de contribuir para a paz e segurança de um espaço considerado estratégico para o país, não só valioso em termos de defesa, mas também nos aspectos político e econômico, como enfatizou o antigo Ministro da Defesa, Celso Amorim, em 2013:

Por outro lado, os países africanos têm conosco um comércio crescente, há interesses crescentes do Brasil na África, e eles têm interesse também em cooperação para garantir que o Atlântico Sul continue a ser um oceano pacífico, mas também para enfrentar novas ameaças, como pirataria, contrabando e tráfico de drogas, que podem até vir mescladas com outras mais graves, o que não ocorreu até agora.

¹³ PANDIÁ CALÓGERAS. Brasília, 2018. Disponível em: < <https://pandia.defesa.gov.br/pt/sobre-o-instituto/20-linhas-de-pesquisa/9-entorno-estrategico> >. Acesso em: 16 jan. 2019.

É claro (que a pirataria no Golfo da Guiné pode prejudicar o Brasil). Boa parte do petróleo que importamos vem do Golfo da Guiné ou imediações. Já temos conversado muito com países como Angola e outros, África do Sul, Namíbia, sobre possibilidades de exercícios conjuntos mais amplos. (BBC, 2013).

No entanto, mesmo auxiliando os países africanos lindeiros, entre eles Angola, Namíbia e África do Sul, a melhorarem suas capacidades de defesa e segurança, o Brasil não intencionava agir diretamente para aplacar qualquer ameaça vinda de pirataria ou narcotraficantes, do contrário a responsabilidade por manter a segurança marítima da costa ocidental da África era principalmente dos países africanos, segundo Amorim:

Mas a responsabilidade primordial é dos países ribeirinhos. Nós poderemos ajudar por dois motivos: solidariedade, que é real na nossa política externa sobretudo em relação à África, mas também por interesse nosso: rotas marítimas, petróleo, empresas brasileiras. (BBC, 2013).

Portanto, a partir dessas explanações, dois aspectos das relações cooperativas em defesa do Brasil com Angola, Namíbia e África do Sul ficam evidentes: primeiro, elas integram uma estratégia mais ampla do que o plano das relações bilaterais com as três nações africanas; segundo, dentro dessa estratégia, buscam contribuir para a garantia de uma segurança e paz regional que é benéfica para o Brasil e para os seus parceiros americanos e africanos. A questão é se elas serviram de fato para trazer esses efeitos positivos.

Ainda que sejam iniciativas limitadas, elas teriam o potencial de trazer condições positivas para a segurança regional:

[...] a cooperação naval brasileira com parceiros africanos, mesmo que limitada tendo em vista as dificuldades da própria Marinha brasileira, pode ajudar a atenuar a situação (de insegurança) e, ao mesmo tempo, proporcionar ao Brasil manter uma presença efetiva junto aos países da costa africana. (PENNA, 2015, p. 164).

Preocupações acerca da segurança marítima estiveram entre os motivos que levaram Namíbia a acertar a cooperação com o Brasil, como afirmou o Ministro da Defesa namibiano Nahas Angula: *“o aumento da pirataria, do tráfico de drogas, da pesca ilegal e de outras atividades ilícitas nas águas do Oceano Atlântico que banham a costa da Namíbia e de outras nações africanas.”* (MD, 2013).

No que concerne à cooperação naval com a Namíbia, como foi exposto no início desta seção, ela pode não significar nada ao poder militar do Brasil, contudo, representou um aumento do poder militar namibiano, o que capacitou o país a preservar a sua soberania e a sua paz interna e, por consequência, juntamente com iniciativas conjuntas entre Brasil e outros países africanos, beneficiou a segurança e paz regionais (AGUILAR, 2013, p. 66).

Outra forma de cooperação em defesa que merece atenção são os exercícios conjuntos de operações navais entre Brasil e África do Sul (mais a Índia), IBSAMAR, os quais podem ter sido a expressão de uma nova forma de distribuição de poder no Atlântico Sul que contribuiu para a manutenção da segurança na região (GOLDONI e CIRIBELLI, 2016, p. 215).

Observando tanto as iniciativas conjuntas em defesa do Brasil com Angola, Namíbia e África do Sul, que foram anteriormente discutidas, como as percepções de alguns estudos especializados e de comentários oficiais sobre a segurança regional do Atlântico Su, pode-se inferir que essas cooperações proporcionaram algum efetivo fortalecimento da segurança da porção africana do Entorno Estratégico nacional, beneficiando a segurança regional do Atlântico Sul, o que é favorável ao Brasil. Celso Amorim, ex-Ministro da Defesa, trata da relevância da cooperação para superar os desafios e oportunidades para a defesa da região: *“Ao cooperar com seus parceiros sul-americanos e africanos, o Brasil recebe um dividendo de segurança.”* (MD, 2014).

Apesar dessas implicações positivas para a segurança da região, logo, positivas para o Brasil, pois, tal espaço tem um caráter estratégico para os interesses brasileiros, Seabra (2015, p. 91) entende que não se pode afirmar que as políticas do Brasil junto a África possibilitaram a plena evolução da região do Atlântico Sul para a de um complexo regional de segurança. Aguilar se aproxima dessa mesma compreensão - apesar de reconhecer a contribuição para a segurança e estabilidade regional

proveniente da evolução nas capacidades militares dos países que recebem a ajuda brasileira - ao argumentar que as cooperações em defesa, não só com os três Estados estudados, mas com todo o continente vizinho, não implicaram na construção de um grande mecanismo de defesa coletiva regional (2013, p. 66), o que, muito provavelmente, significaria vantagens ainda maiores para a segurança e defesa da região estratégica.

2.3 Os efeitos econômicos, financeiros e comerciais das exportações brasileiras de armas e de equipamentos militares para Angola, Namíbia e África do Sul.

As cooperações em defesa possibilitaram o crescimento da demanda estrangeira pelos produtos da Base Industrial de Defesa brasileira, aumentando os negócios de empresas brasileiras de equipamentos militares no continente próximo, muitos desses empreendimentos em parceria com o governo brasileiro (GOLDONI e CIRIBELLI, 2016, p. 207). Thompson e Muggah destacam que a intensificação da cooperação em defesa do Brasil com países africanos tem atraído diversas empresas públicas e privadas do setor de defesa a fecharem contratos com países do continente vizinho (2015).

A importância dessa procura de mercados externos por produtos militares brasileiros é definida na Estratégia Nacional de Defesa (END) como um incentivo crucial para a Base Industrial de Defesa, destacando o valor da política externa (que inclui a cooperação entre países) nesse processo:

A busca por novos mercados é um dos maiores desafios para a Base Industrial de Defesa e fator relevante para o seu desenvolvimento e sustentação. Nesse escopo, a atuação do Estado constitui importante agente facilitador, na medida em que a política externa praticada pelo Brasil, bem como o suporte estatal a financiamentos de programas, projetos de pesquisa, desenvolvimento, produção, aquisições e comercialização de produtos de defesa nacionais tendem a proporcionar maior confiança aos potenciais compradores. (Estratégia Nacional de Defesa, 2016, p. 21).

E a END também considera positivo para a economia nacional o crescimento da Base Industrial de Defesa enfatizando que as consequências positivas alcançam o setor civil:

O fomento a uma indústria nacional de defesa é, também, um incentivo ao crescimento econômico de um país, na medida em que gera empregos diretos e indiretos e desenvolve produtos que serão úteis ao setor civil. Assim, investir em defesa significa garantir a soberania, promover o desenvolvimento científico e tecnológico e estimular o crescimento do País. (Estratégia Nacional de Defesa, 2016, p. 21).

Já foi discorrido a respeito dos ganhos em defesa e segurança com o intercâmbio de conteúdo tecnológico e científico a partir do mencionado programa de pesquisa e desenvolvimento conjunto de tecnologias de defesa com a África do Sul. A bem-sucedida iniciativa dos mísseis A-Darter contribuiu para fortalecer a integração das indústrias nacionais de defesa dos dois participantes (GOLDONI e CIRIBELLI, 2016, p. 210). As principais companhias que se envolveram no projeto são as empresas privadas brasileiras Mectron, Avibras, Atech e Opto Eletrônica 35 e a sul-africana *Denel Dynamics*. Esta empresa pertence à Denel Ltda, que cria e fabrica armamentos vendidos ao governo da África do Sul. Essa indústria de defesa estabeleceu uma fábrica, subsidiária, no território brasileiro, a Denel do Brasil, o que indica um aprofundamento da relação bilateral no setor (MARTIN *et al*, 2014, p. 32). O armamento em questão tem forte potencial exportador para mercados de países desenvolvidos (CAIXETA, 2016, p. 15) e pode gerar, de acordo com o presidente da Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate, que gerencia o projeto A-Darter no Brasil, Brigadeiro Márcio Bruno Bonotto, maior fomento e evolução da indústria nacional:

Durante esses 12 anos de parceria com a África do Sul, nós aprendemos muito com transferência de tecnologia efetiva, não somente nas soluções tecnológicas para diversos tipos de problemas, que já enfrentávamos na ocasião do desenvolvimento de outros mísseis, como também na confecção correta e objetiva de requisitos para futuros armamentos e também na forma crítica que hoje somos capazes de analisar ofertas de outros fabricantes".

"Absorvemos o conhecimento das potencialidades e limitações do míssil com acesso e participação plena em seu desenvolvimento, sem ressalvas"¹⁴.

É perceptível que as transações de armas e equipamentos militares com os três países em tela significaram, além da entrada de divisas, bons estímulos para a produção nacional.

Em termos quantitativos, os dados do *Mapping Arms Data* (MAD)¹⁵ indicam que, do ano de 2003 ao ano de 2014, o Brasil exportou para Angola pouco mais de US\$ 2 milhões em armas civis (como é denominado pelo banco de dados) e munições. O MAD não registra nenhum valor em exportações de armamentos de classificação militar do Brasil para Angola nesse período (IGARAPÉ, 2018). Já o *Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI) registra que, para o país africano, no período de 2003 a 2017, as exportações brasileiras alcançaram o valor de US\$ 33 milhões. O SIPRI apresenta dados de armas e equipamentos de uso exclusivamente militar. O Instituto indica que foram transferidos para Angola 1 (uma) unidade do EMB-120 de transporte e 6 (seis) unidades do EMB-314 Super Tucano (SIPRI, 2018). Cabe destacar que as informações sobre o comércio de armas e outros equipamentos que o Brasil realiza não são públicas (como foi informado pelo Ministério da Defesa, em resposta à requisição de dados sobre o assunto¹⁶). O SIPRI disponibiliza relatórios nacionais oficiais dessas vendas, porém o Brasil é um dos países que está fora desse repositório estatístico. Denota-se que apenas alguns materiais de defesa de alto valor e diferencial estratégicos, que significam um singelo marco nas relações entre os países, são divulgados para o público.

Esses números não deixam de expressar resultados positivos nos termos que estão sendo discutidos nesta seção. Entretanto, esses ganhos poderiam ter se

¹⁴ Revista Defesa TV. **Futuro míssil que irá equipar os caças Gripen da FAB conclui testes na África do Sul**. 2018. Disponível em: <<https://www.defesa.tv.br/futuro-missil-que-ira-equipar-os-cacas-gripen-da-fab-conclui-testes-na-africa-do-sul/>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

¹⁵ O projeto Mapping Arms Data (MAD) foi desenvolvido com base na ferramenta de visualização das rotas internacionais de armas e munição produzida pelo Google, Instituto Igarapé e Peace Research Institute Oslo, como parte do Google Ideas INFO (Illicit Networks Forces in Opposition) Summit. O aplicativo tem mais de 35 mil registros de exportações e importações de armas pequenas e leves e munição de mais 262 Estados e territórios entre 1992 and 2014.

¹⁶ MD – Ministério da Defesa. E-SIC – Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão. Protocolo: 60502001413201810, 2018.

manifestado também se os itens definidos nas negociações entre Brasil e Angola para o aprofundamento da parceria estabelecida no Acordo de Cooperação entre Brasil e Angola no Domínio da Defesa, de 2010, (Memorando de Entendimento Técnico, MD, 2014) tivessem se concretizado. Na ocasião, Luanda apresentou os seguintes interesses: a aquisição de sete Navios-Patrolha de 500 (quinhentas) toneladas (quatro construídos no Brasil e três em Angola, com participação brasileira); a construção de estaleiros militares; a capacitação de recursos humanos para a construção, manutenção e operação dos navios, estaleiros e sistema de vigilância; e a implementação de um sistema de vigilância marítima. Todos esses itens estavam inseridos na implementação do Programa de Desenvolvimento do Poder Naval de Angola (PRONAVAL), iniciativa da qual participaria a Empresa Gerencial de Projetos Navais (EMGEPRON), empresa pública, da Marinha do Brasil. Também era relevante para as conversações ministeriais o interesse de Angola de que empresas brasileiras participassem, de maneira decisiva, na instalação da indústria de defesa nacional angolana, pleito que o Brasil se mostrou disposto a atender (Declaração Conjunta dos Ministros da Defesa de Brasil e de Angola, MD, 2014).

É possível inferir que mencionado acordo naval, naqueles termos, representaria ganhos ao Brasil, pois significaria a possibilidade de atender demanda estrangeira pela indústria de defesa nacional e por serviços de alta complexidade executados pelo país. Produtos que envolvem tanto tecnologias e insumos de alto valor agregado quanto mão de obra qualificada fariam parte da negociação. Infelizmente, conforme Seabra (2016, p, 4), a negociação não se materializou, em razão dos estaleiros brasileiros não terem a capacidade logística necessária para a entrega dos itens no prazo combinado. Angola, então, passou a procurar outros fornecedores. Ao menos a compra dos navios brasileiros realmente deve ter saído da agenda angolana, pois, em agosto de 2016, o país encomendou de estaleiros franceses 17 navios da mesma classe, navios de patrulha¹⁷.

Contudo, o Brasil, em 2011, teve êxito em vender para Angola seis aviões A-29 Super Tucano, no valor de noventa e um milhões de dólares, fabricados pela

¹⁷ Rádio França Internacional. **Angola encomenda navios patrulha a estaleiro francês**. 15 de setembro de 2016. Disponível em: <http://pt.rfi.fr/angola/20160915-angola-navios-patrulha-frances>. Acesso em: 20 dez. 2018.

empresa de aviação Embraer (SEABRA, 2014, p.92 e ABDENUR, 2014, p.13). Em janeiro de 2013, a empresa já havia entregue três unidades das seis encomendadas pelo país africano¹⁸. Essas transações de fato representaram um incentivo para setores de ponta da produção industrial e do conhecimento científico, técnico e tecnológico brasileiros e possibilitaram o aporte de divisas resultantes das vendas de material e serviços de alto valor agregado.

Para Goldoni e Ciribelli, porém, o Acordo no Domínio da Defesa, assinado em 2010, não resultou em um grande acréscimo das transferências de armamentos entre os dois países. A defesa angolana, de acordo com os dois autores, continuou tendo como principais fornecedores, nas décadas de 1990 e 2000, a Rússia e as ex-repúblicas soviéticas. Além disso, em 2013, Angola adquiriu 40 veículos blindados sul-africanos, equipados com motores chineses (GOLDONI e CIRIBELLI, 2016, p. 214). Assim, para os dois pesquisadores, as compras angolanas indicam que na realidade a parceria do país era com o BRICS mais do que com o Brasil.

O referido acordo de 2010, aprovado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados em dezembro de 2018, previa a implementação de programas científicos e tecnológicos conjuntos na área de defesa (SEABRA, 2015, p. 153) para além do setor naval. Entretanto, o trabalho não identificou qualquer cooperação tecnológica em questão sendo executada entre Brasil e Angola.

Os dados do comércio com Namíbia, segundo o MAD, para o período de 2003 a 2014, mostram o aporte de divisas para o Brasil em torno de US\$ 1,7 milhão. Com predominância de armas civis. De armas militares, o MAD indica vendas em torno de US\$ 170 mil nos anos de 2010 e de 2011 (IGARAPÉ, 2018). O SIPRI expõe, de 2003 a 2017, exportações brasileiras em torno de US\$ 21 milhões para as forças armadas namibianas, sendo que constam em seus dados apenas o fornecimento de 1 (uma) corveta da classe Imperial e de 1 (uma) embarcação de patrulha classe Grajaú (SIPRI, 2018).

¹⁸ Defesanet. **SUPER TUCANO – Angola recebe os três primeiros.** 31 de janeiro de 2013. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/aviacao/noticia/9517/SUPER-TUCANO---ANGOLA-recebe-os-3-Primeiros/>> Acesso em: 20 dez. 2018.

Entretanto, não se resumiu a somente isso a demanda da Marinha da Namíbia pela indústria naval brasileira: acordos com o país africano possibilitaram a construção do Navio-Patrolha de 200 (duzentas) toneladas NS *Brendan Simbwaye* – entregue em 2009 - e de duas embarcações de patrulha menores, o LP *Terrace Bay* e o LP *Möwe Bay*, entregues em 2011 (SEABRA, 2015, p. 88).

Abdenur e Souza Neto (2014, p. 227) destacam os efeitos positivos para a indústria nacional de defesa e que a Marinha do Brasil compreendia o fornecimento de embarcações como algo que abriria:

[...] perspectivas para a exportação de outros meios navais para diversos países, com emprego de tecnologia nacional e participação de empresas brasileiras, fornecedoras de equipamentos e sistemas navais. (Marinha do Brasil apud ABDENUR e SOUZA NETO, 2014, p. 13).

A produção e venda das três embarcações mencionadas indicam bons rendimentos para o setor civil. Todas foram fabricadas pelo estaleiro cearense Indústria Naval do Ceará (INACE) e, conforme o diretor-presidente da fábrica, Gil Bezerra, a venda do NS *Brendan Simbwaye* motivou Nigéria, Senegal e Gabão a consultarem a empresa, sendo que as perspectivas de negócios eram promissoras¹⁹. Segundo o diretor, se as demais encomendas em negociação se efetivassem, a carteira de negócios cearense poderia alcançar um bilhão de dólares em um período de quatro a cinco anos, tendo em vista que a fabricação é de alto custo²⁰.

O NS *Brendan Simbwaye* foi orçado em vinte e quatro milhões de dólares e as duas unidades menores de patrulha tiveram o valor de três milhões de dólares cada. Em um contexto macroeconômico da magnitude do Brasil, pode parecer que os valores não são expressivos, mas para a economia local e para o setor específico, que se insere em uma cadeia de produção de alto valor, os impactos são bem mais significativos.

¹⁹ UOL notícias; Agência Lusa. **Estaleiro do Ceará exporta navio-patrulha para Namíbia**. Janeiro de 2009. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/ultnot/lusa/2009/01/15/ult3679u5700.jhtm>>. Acesso em: 21 dez. 2018.

²⁰ SOUSA, S. **Oportunidades para a Inace no exterior**. Diário do Nordeste. Janeiro de 2009. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/negocios/oportunidades-para-a-inace-no-exterior-1.590499>>. Acesso em: 21 dez. 2018.

Interessante mencionar que a mera abertura de novas negociações com a possibilidade de outras compras pode ser considerada um bom resultado, abrindo oportunidades de novos negócios. Nas palavras do comandante da Marinha do Brasil à época, o Almirante de Esquadra, Júlio Soares de Moura Neto, a entrega do navio “*abre perspectivas alvissareiras para a indústria nacional de defesa*”²¹.

No que tange a Brasil e África do Sul, para o período de 2003 à 2017, o SIPRI não apresenta nenhum valor ou detalhe do comércio de materiais militares (SIPRI, 2018). O informativo MAD indica o vultoso, se comparado com as outras trocas já mencionadas, valor de cerca de US\$ 5,5 milhões em exportações efetuadas entre 2003 e 2014, mas somente menciona vendas de armas civis e munições (IGARAPÉ, 2018).

A partir dos dados e informações que foram analisados acima, e conforme o entendimento do pensamento estratégico oficial brasileiro, deduz-se que, a despeito desses fluxos de material bélico e de defesa não serem tão volumosos se comparados às vendas do país sul americano para mercados extra regionais (MAD-IGARAPÉ, 2018), o comércio em questão não só trouxe rendimentos financeiros, mas também foi benéfico para a indústria nacional, efeito que se difunde para outros setores da sociedade brasileira, com potencial de gerar empregos, renda e receita. Além disso, a exportação do Brasil de material de defesa pode ser entendida como um meio para a indústria brasileira marcar posição em um mercado competitivo.²²

²¹ Eugênio, C. **Marinha quer ampliar frota**. Diário do Nordeste. Janeiro de 2009. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/negocios/marinha-quer-ampliar-frota-1.607087>>. Acesso em 22 dez. 2018.

²² O ex-ministro Celso Amorim (no caso se referindo à parceria estratégica com Angola) vê o comércio entre Brasil e África como algo que não ganha conotações antiéticas e não tem o fim de trazer ganhos econômicos ao Brasil. Deve-se levar em consideração que o propósito principal da relação seria o fomento de investimentos e de parcerias, estimulando a indústria de defesa do país comprador: [...] *Of course that selling [defense equipment] is not a sin and it is good. But [only if it is done] with the purpose of fomenting investment, partnerships, for the production of defense products here in Angola. That is the meaning of our cooperation.* (Agencia Lusa, 2013, *apud* SEABRA, 2015, p. 154). As negociações e intenções citadas, entre outras, envolviam as negociações do programa PRONAVAL, anteriormente descrito.

2.4 Vantagens políticas

De acordo com o ex-Ministro da Defesa, Celso Amorim, “*cooperar com nossos vizinhos não é um gesto de altruísmo gratuito. É uma maneira de consolidar relações pacíficas e fortalecer nossa influência, exercida de forma sempre respeitosa.*” (2014, p. 37).

As ações e programas cooperativos no campo da defesa desenvolvidos pelo Brasil com Angola, Namíbia e África do Sul podem trazer efeitos que não se restringem só à área de defesa. Elas podem trazer resultados políticos, como atração, confiança e, conseqüentemente, influência, o que, por sua vez, pode trazer conseqüências para o Brasil, por exemplo, no comércio de bens e serviços além dos de defesa.

A cooperação em defesa entre Brasil e Angola, Namíbia e África do Sul está inserida no universo de políticas da Cooperação Sul-Sul – de acordo com a conceptualização da Agência Brasileira de Cooperação (2018). E, conforme Gonçalves (2014, p. 23), o conjunto dessas cooperações serve como um meio para expandir relações políticas e econômicas. Desse modo, a cooperação em defesa, como qualquer outro tipo de cooperação, pode trazer resultados para além daqueles restritos ao seu setor original. A mesma autora complementa comentando acerca do efeitos múltiplos da *South-South Cooperation (SSC)*:

With respect to commercial interests are common the search for economic gains, the access to new markets and natural resources (oil and gas), the establishment of new trade agreements and the expansion of trade flows. In political terms, SSC is a tool that allows these countries to deepen their diplomatic ties and gain support, for example, in the UN reform to obtain a permanent seat. In addition, SSC is a way to gain prestige in international system and criticize the developed world and its traditional forms of cooperation via DAC/OECD, which imposes certain conditionalities to the recipient countries. (GONÇALVES, 2014, p. 26).

A importância da cooperação em defesa para atingir resultados políticos, além dos econômicos, já foi percebida por autores clássicos das Relações Internacionais. Morgenthau, por exemplo, entende que: *“The military aid the United States has been giving to Yugoslavia is a case in point. The purpose is here not so much military as political. It seeks political advantage in exchange for military aid.”* (1962, p. 303). O autor, no mesmo texto, considera que a cooperação em defesa está na categoria dos *foreign aid* políticos (p. 301). Logo, a cooperação em defesa pode não ter somente motivações, mas também impactos políticos, os quais podem ser proveitosos ao país que, relativamente, mais forneça ajuda.

Dessa maneira, os recursos militares podem ser utilizados como meios de se exercer/conseguir influência, através da cooperação em defesa, não apenas como instrumentos de força coativa ou para serem empregados em situações de confronto (SEABRA, 2014, p. 82-83).

Conforme a Diretriz para as Atividades do Exército na Área Internacional (EB, 2013, p. 19):

Os princípios capitulados no art. 4º da Constituição Federal balizam a atuação diplomática brasileira e, via de consequência, a atuação do Exército no âmbito externo. Ao respaldar as ações diplomáticas, o Exército exerce a denominada Diplomacia Militar, entendida como “o conjunto de ações de cooperação na Área de Defesa, levadas a efeitos entre países amigos, incluindo estabelecimento de aditâncias militares, realização de conferências bilaterais, ações militares combinadas, intercâmbios entre estabelecimentos de ensino, entre outras”.

No âmbito da Defesa, a Diplomacia Militar visa promover intercâmbios e cooperações, construindo relações de confiança mútua, com a finalidade de colaborar com a segurança, o desenvolvimento, a estabilidade regional e a paz mundial.

Assim, a cooperação em defesa, como meio de exercício da Diplomacia Militar, também está em função do desenvolvimento de laços estratégicos de confiança entre o Brasil e seus parceiros. Sem dúvida, a confiança é um importante componente da atração e da cooptação. Esses dois elementos, segundo Nye (2008, p. 40), compõem o *soft power*. Conforme o autor, a atração frequentemente leva ao consentimento, à

aceitação (NYE, 2008, p. 31), o que, portanto, significa influência. Nye considera o *soft power* uma fonte de influência e, portanto, de poder.

A despeito do debate acerca das classificações conceituais de poder, Araújo categoriza a cooperação em defesa no âmbito do treinamento de militares, um meio para se otimizar o *soft power* brasileiro nas relações com os países africanos:

A Política de Defesa Nacional e a Estratégia Nacional de Defesa conferem destaque ao intercâmbio na área de defesa entre o Brasil e a África. Nesse alinhamento, a AMAN surge como importante componente para a cooperação na formação de oficiais combatentes dos exércitos das nações africanas. Além disso, contribui de maneira relevante para a projeção de poder brasileiro na África, na forma de Soft Power. (ARAÚJO, 2012, p. 35).

Além dessa concepção, Araújo vê a elevação do *soft power* brasileiro na África como um ativo para a consecução de múltiplos objetivos no continente: “(...) *na busca pela democratização da governança global no novo milênio e pela defesa dos seus interesses políticos e econômicos no continente africano.*” (ARAÚJO, 2012, p. 41).

Santa Bárbara também identifica nas ações de cooperação em defesa do Brasil com países africanos a composição de *soft power*, e que tal ganho de poder já teria se consumado com as cooperações em foco, além de que isso serviria também como um modo de se obter ganhos econômicos-comerciais:

[...] a presença de militares africanos nas escolas militares do Exército corrobora a combinação entre a PEB, por meio da atuação e financiamento da ABC, com a dimensão soft de influência doutrinária e cultural visando à obtenção de novos mercados ou mesmo assegurar os atuais nichos para os produtos de defesa brasileiros. (SANTA BÁRBARA, 2015, apud NUNES, 2015, p. 11).

Observando mais especificamente o caso das relações entre Brasil e Namíbia, verifica-se que o treinamento de oficiais e praças do país africano com o uso da língua portuguesa pode ter proporcionado ao Brasil a capacidade de exercer uma influência

em um contexto em que outros *players* atuam, como a China (ABDENUR e SOUZA NETO, 2014, p. 13). Os autores, em outro estudo, complementam: “*O uso da língua portuguesa como parte do treinamento (de militares namibianos) contribui, ainda, para o fortalecimento do poder brando brasileiro em um país não membro da CPLP.*” (ABDENUR e SOUZA NETO, 2014, p.227).

Para o Centro de Análises Estratégicas, a estratégia de afirmação do poder brando do Brasil foi marcada pelo sucesso e, junto com intercâmbios econômicos, financeiros, tecnológicos e culturais, as políticas de defesa foram um dos instrumentos mais eficazes no desenrolar dessa diplomacia (CPLP, 2014, p. 13).

Como visto, é possível afirmar que há elementos suficientes nos dados e iniciativas descritos no presente tópico para afirmar que a hipótese desta investigação parece estar correta, ou seja, as relações de cooperação em pauta implicaram em resultados políticos positivos para o Brasil. O país, ao que tudo indica, teve ganhos de influência política atraindo e cooptando os seus parceiros em razão da confiança, amizade e aproximação cultural, credenciais adquiridas com a cooperação. Tais credenciais são fruto do reconhecimento desses três países africanos de que o parceiro sul-americano é um ator interessado não somente em ter relações materiais, mas também disposto a perceber em Angola, Namíbia e África do Sul bons parceiros comerciais e políticos, havendo interesse em contribuir com seu desenvolvimento, segurança e posicionamento no contexto regional estratégico.

Esses ativos políticos adquiridos pelo Brasil podem ainda se multiplicar em outros ganhos na medida em que poderiam abrir caminho para relações em outras áreas e facilitariam ou manteriam a predileção ao Brasil nas agendas desses três países africanos. Além disso, as boas relações com os três países poderiam servir como um *springboard* para o Brasil se projetar para o restante do continente vizinho.

3. Conclusão

As cooperações em defesa tiveram um papel importante na estratégia de cooperação Sul-Sul. Empregada principalmente pelos governos Lula e Rousseff, elas integraram uma gama de vetores de aproximação e fortalecimento de laços do Brasil

com países hemisféricos, muitos do continente africano. Incluída nesse contexto está a porção africana do Entorno Estratégico Brasileiro, onde Angola, Namíbia e África do Sul têm um peso fundamental. Com essas nações parceiras, o Brasil empreendeu diversas políticas de cooperação em defesa, dando movimento a muitos fluxos materiais e imateriais.

Tendo em vista essa relevante e recente projeção brasileira rumo ao continente ancestral, o valor estratégico que essas políticas deram à região atlântica e a importância para o Brasil dessas relações próximas, apesar do desconhecimento de grande parcela da população, a pesquisa procurou identificar peculiaridades que são pouco abordadas pela limitada literatura científica especializada no tema, concentrando-se nos ganhos do Brasil com as suas cooperações em defesa com Angola, com Namíbia e com África do Sul. Nem no discurso oficial se encontram referências às noções de benefícios, vantagens, rendimentos, etc. Possivelmente, tal ausência se relacione com o fato de que, quando se coopera, pode não ser ideal para a retórica e prática diplomática e para o pensamento internacionalista verificar quais são os ganhos deste ou daquele lado, mas pensar em quais foram as vantagens mútuas. Claramente, a cooperação sempre traz benefícios comuns, isso deduz-se, a princípio, observando as iniciativas examinadas nesta investigação. Ao mesmo tempo, focar nos ganhos do Brasil não é ignorar a necessidade de se conhecer os ganhos dos sócios africanos.

Durante o estudo, foram encontrados indícios satisfatórios de ganhos, embasando em boa parte o que se pressupôs de início. Esses ganhos se traduziram em benefícios para: a) o poder militar brasileiro e para a segurança regional, provenientes, principalmente, dos exercícios militares conjuntos e do desenvolvimento combinado de tecnologias de defesa; b) para a economia e indústria, que envolve os produtos de defesa brasileiros, em razão das exportações brasileiras para Angola, Namíbia e África do Sul; e c) para a projeção e atuação política do Brasil nas suas relações com essas três nações, produzindo vantagens políticas que surgem de toda forma de cooperação. Em todas essas áreas, houve alguma evolução positiva causada pelas interações solidárias com as nações africanas.

Há, portanto, condições para concluir que ajudar ou cooperar em matéria de defesa é vantajoso para o Brasil, sendo que tais associações foram e podem continuar sendo benéficas e produtivas em vários aspectos. Tratam-se de boas ferramentas para consolidar relações amistosas e prósperas e coordenar esforços de países que estão mutuamente interessados em se desenvolver em um ambiente internacional seguro e pacífico. Por isso, a sua manutenção e aprofundamento devem ser consideradas com muita atenção pelos tomadores de decisão brasileiros.

Referências

ABC – Agência Brasileira de Cooperação. Brasília, 2018. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/>>. Acesso em: 19 jun. 2018.

ABC – Agência Brasileira de Cooperação. E-SIC – Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão. Protocolo: 09200000579201866, 2018.

ABDENUR, A. E.; SOUZA NETO, D. M. **O Atlântico Sul e a Cooperação em Defesa entre o Brasil e a África.** In: NASSER, R. M.; MORAES, R. F. (Orgs.) O Brasil e a segurança no seu entorno estratégico: América do Sul e Atlântico Sul. Brasília: Ipea, 2014, p. 215-238. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=21592>. Acesso em: 03 jan. 2019.

_____. **O Brasil e a cooperação em defesa: a construção de uma identidade regional no Atlântico Sul.** Revista Brasileira de Política Internacional. Brasília, v.57, n.1, p. 5-21, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292014000100005&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 14 dez. 2018.

AGUILAR, S. L. C. **Atlântico Sul: as Relações do Brasil com os Países Africanos no Campo da Segurança e Defesa.** Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais. Porto Alegre, v.2, n.4, p.49-71, 2013. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/austral/article/viewFile/41288/26967>>. Acesso em: 03 jan. 2019.

AIRWAY. **Futuro míssil da FAB, A-Darter conclui fase de testes.** 2018. Disponível em: <<https://airway.uol.com.br/futuro-missil-da-fab-a-darter-conclui-fase-de-testes/>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

AMORIM, C. **Defesa nacional e pensamento estratégico brasileiro.** In: ALMEIDA, P.; ACIOLY, L. Estratégias de Defesa Nacional: desafios para o Brasil no Novo Milénio (Orgs.). Rio de Janeiro: Ipea, 2014, p.22-39. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3193/1/livro_estrategia_defesa.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2018.

ARAÚJO, H. D. Maj. **Cooperação Brasil-África (2003-2010) – Formação de Cadetes da Comunidade de Países de Língua Portuguesa na Academia Militar das Agulhas Negras.** AMAN – Academia Militar das Agulhas Negras. Anais do IV encontro pedagógico do ensino superior militar. 2012. Disponível em: <<http://www.redebim.dphdm.mar.mil.br/vinculos/000006/0000061f.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2018.

BBC. **Pirataria e terrorismo na África podem afetar Brasil, diz Amorim.** 2013. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/05/130502_amorim_entrevista_pai_jf>. Acesso em: 18 jan. 2019.

BRAGA, C. M.; BABO, T. B.; VILLA, R. D. **Segurança Regional.** In: SAINT- PIERRE H. L.; VITELLI, M. G. (Orgs.) Dicionário de Segurança e Defesa. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2018.

CAIXETA, M. B.; SUYAMA, B.; MACEDO, G. **A Cooperação Sul-Sul na Agenda dos Ministérios: Defesa e Segurança.** Observatório Brasil e o Sul. N.2, fevereiro de 2016. Disponível em: <http://obs.org.br/cooperacao/download/84_8ac8a830d65bfd2455287e6308779ec8>. Acesso em: 20 jan. 2019.

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. CAE – Centro de Análises Estratégicas. **A Namíbia e o Brasil – uma cooperação dinâmica e bem sucedida.** Estímulos para a CPLP. 2014. Disponível em: <<https://cplp.defesa.pt/Pages/Orgaos.aspx>>. Acesso em: 02 dez. 2018.

_____. **Forças Armadas ultimam Exercício Felino 2017**. 2017. Disponível em: <https://www.cplp.org/id-4447.aspx?Action=1&NewsId=5162&M=NewsV2&PID=10872>>. Acesso em 05 fev. 2019.

CORTINHAS, J. S. **Brazil and the Construction of Its Power to Defend the South Atlantic**. In: DUARTE, E.; CORREIA DE BARROS, M. (Org.). *Navies and Maritime Policies in the South Atlantic*, Switzerland: Springer International Publishing, 2019, p. 151-185.

DEFESANET. **SUPER TUCANO – Angola recebe os três primeiros**. 31 de janeiro de 2013. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/aviacao/noticia/9517/SUPER-TUCANO---ANGOLA-recebe-os-3-Primeiros/>> Acesso em: 20 dez. 2018.

DEFESANET. **A-Darter – Míssil conclui testes na África do Sul**. 2018. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/fab/noticia/30707/A-Darter-%E2%80%93-Missil-conclui-testes-na-Africa-do-Sul/>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

EB - EXÉRCITO BRASILEIRO. **DAEBAI - Diretriz para as Atividades do Exército Brasileiro na Área Internacional**. Brasília, 2013.

ESCOSTEGUY, P. **A nova arquitetura africana de paz e segurança: implicações para o multilateralismo e para as relações do Brasil com a África**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2011.

EUGÊNIO, C. **Marinha quer ampliar frota**. Diário do Nordeste. Janeiro de 2009. Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/negocios/marinha-quer-ampliar-frota-1.607087>>. Acesso em 22 dez. 2018.

FAB – Força Aérea Brasileira. **Nove países de língua portuguesa treinam emprego conjunto na Operação Felino**. Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.fab.mil.br/noticias/mostra/30947/OPERACIONAL%20-%20Nove%20pa%C3%ADses%20de%20l%C3%ADngua%20portuguesa%20treina%20emprego%20conjunto%20na%20Opera%C3%A7%C3%A3o%20Felino>. Acesso em 07 fev. 2019.

FIORI, J. L. **O Brasil e seu “entorno estratégico” na primeira década do século XXI.** In: SADER, E. 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO, 2013, p. 31-51.

GOLDONI, L. R. F.; CIRIBELLI, S. N. **Relações do Brasil com África do Sul e Angola: Esforços para a Manutenção da Segurança no Atlântico Sul.** Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais. Porto Alegre, v.5, n.9, p.202-221, 2016. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/austral/article/viewFile/63851/39018>>. Acesso em: 04 jan. 2019.

GONÇALVES, F. C. N. I. **Comparing South-South Cooperation Policies: the Cases of India, Brazil and South Africa.** FLACSO-ISA Joint International Conference. Buenos Aires: 2014. Disponível em: <<http://web.isanet.org/Web/Conferences/FLACSO-ISA%20BuenosAires%202014/Archive/a164fdda-71c7-4a7a-804b-92a8ba2ed41c.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2018

IGARAPÉ Instituto. **MAD - Mapping Arms Data.** 2018. Disponível em: <<https://igarape.org.br/apps/mapa-de-dados-sobre-armas/>>. Acesso em: 28 nov. 2018.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; ABC – Agência Brasileira de Cooperação. **Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: 2011 - 2013.** Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/161017_livro_cobraadi_2011_2013.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2019.

_____; _____. **Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: levantamento 2014 – 2016.** Brasília, 2018. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34507%3Acooperacao-brasileira-para-o-desenvolvimento-internacional-2014-2016&catid=410%3A2018&directory=1&Itemid=1>. Acesso em: 28 jan. 2019.

LOPES, Roberto. **Armada Argentina está fora da Operação Atlasur na África do Sul.** Poder Naval. 2018. Disponível em:

<https://www.naval.com.br/blog/2018/07/04/armada-argentina-esta-fora-da-operacao-atlasur-na-africa-do-sul/>. Acesso em: 06 fev. 2019.

Marinha do Brasil. **Comando de Operações Navais participa da “Obangame Express 2018”**. Brasília, 2018. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/noticias/comando-de-operacoes-navais-participa-da-obangame-express-2018>>. Acesso em: 06 fev. 2019.

_____. **Navio Patrulha Oceânico “Apa” visita porto de Walvis Bay, na Namíbia**. Brasília, 2017. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/noticias/navio-patrulha-oceanico-apa-visita-porto-de-walvis-bay-na-namibia>>. Acesso em: 07 fev. 2019.

MARTIN, K.; CARRETA, B. M.; TERANO, R. Y. **A Indústria de Defesa e as Relações Brasil-África: Sucessos e Desafios**. In: NEVES, L. P. (Org.). “Brazil-Africa”, CEBRI Dossiê Special Edition, v. 1, ano 13. Rio de Janeiro: CEBRI, 2014, p. 23-46. Disponível em: <<http://midias.cebri.org/arquivo/DossieBrazilAfrica.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

MATTHEIS, F. **Brazil as a Security and Development Provider in Africa: Consequences and Opportunities for Europe and North America**. Istituto Affari Internazionali Working Papers. Roma, v.21, n.16, 2016. Disponível em: <https://www.iai.it/sites/default/files/iaiw1621.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2019.

MD – Ministério da Defesa. Brasília, 2018. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/>>.

_____. E-SIC – Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão. Protocolo: 60502001413201810, 2018.

_____. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, 2012. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/estado-e-defesa/livro-branco-de-defesa-nacional>>. Acesso em: 17 jan. 2019.

_____. **Brasil e Namíbia querem expandir cooperação bilateral na área militar**. Brasília, 2013. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/noticias/4231-22->>

[02-2013-defesa-brasil-e-namibia-querem-expandir-cooperacao-bilateral-na-area-militar](#)>. Acesso em: 17 jan. 2019.

_____. **Desafios e Oportunidades para a Defesa no Entorno Estratégico Brasileiro. Palavras do Ministro da Defesa, Celso Amorim, na abertura da 1ª Jornada Estratégica da Chefia de Assuntos Estratégicos do EMCFA.** Brasília, 2014. Disponível em: https://www.defesa.gov.br/arquivos/2014/pronunciamentos/ministro/novembro/defesa_no_entorno_estrategico_brasileiro.pdf. Acesso em: 17 jan. 2019.

_____. **Memorando de Entendimento Técnico entre o Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil e o Ministério da Defesa Nacional da República de Angola no Âmbito da Cooperação sobre o Programa de Desenvolvimento do Poder Naval de Angola - PRONAVAL.** Brasília, 05 de setembro de 2014. Disponível em: https://www.defesa.gov.br/arquivos/2014/mes09/memorando_de_entendimento_brasil_angola.pdf. Acesso em: 18 dez. 2018.

_____. **Declaração Conjunta dos Ministros da Defesa da República Federativa do Brasil e da República de Angola.** Brasília, 05 de agosto de 2014. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/noticias/13329-angola-busca-cooperacao-brasileira-para-implementar-programa-naval>>. Acesso em: 18 dez. 2018.

_____. **Glossário das Forças Armadas.** 5ed. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/141>>. Acesso em: 07 jan. 2019.

_____. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa.** Brasília, 2016.

_____. **Termo de Execução Descentralizada N. 02/2016.** Brasília, 2016.

_____. **Termo de Execução Descentralizada N. 007/2016.** Brasília, 2016.

_____. **Termo de Execução Descentralizada N. 10/2017.** Brasília, 2017.

_____. **Ministro Jungmann encerra as atividades da Operação Felino.** Brasília, 2017. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/noticias/35509-ministro-jungmann-encerra-as-atividades-da-operacao-felino>>. Acesso em: 07 fev. 2019.

_____. **Cooperação internacional.** Brasília, 2018. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/relacoes-internacionais/cooperacao-internacional>>.

Acesso em 10 jan. 2019.

_____. **Operação Felino.** Brasília, 2018. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/exercicios-e-operacoes/exercicios-militares/operacao-felino>>. Acesso em: 08 fev. 2019.

MORGENTHAU, H. **A Political Theory of Foreign Aid.** The American Political Science Review, v. 56, n. 2, p. 301-309, 1962.

MRE - Ministério das Relações Exteriores. **Concórdia.** Brasília, 2018. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/6820>>. Acesso em: 28 jan. 2019.

_____. **Concórdia.** Brasília, 2018. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/6395>>. Acesso em: 28 jan. 2019.

_____. **Concórdia.** Brasília, 2018. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/4976>>. Acesso em: 28 jan. 2019.

NETO, P. F. C. Emb. **Brasil e Angola: parceria dinâmica.** MRE - Ministério das Relações Exteriores. Brasília, 2018. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/outras-autoridades-artigos/19474-brasil-e-angola-parceria-dinamica-embaixador-paulino-franco-de-carvalho-neto-jornal-de-angola-7-9-2018>>. Acesso em: 05 fev. 2019.

NUNES, R. Cel. **Cooperação Brasil-Angola.** Revista Militar, n.2566, p.891-907, 2015. Disponível em: <<https://www.revistamilitar.pt/artigo/1063>>. Acesso em: 02 de dez. 2018.

NYE, Jr. Joseph. *The Powers to Lead.* New York: Oxford University Press, 2008.

OLIVE, Ronaldo. **Marinha do Brasil coordena exercício na Namíbia.** Revista Tecnologia e Defesa, 2014. Disponível em: <<http://tecnodefesa.com.br/marinha-do-brasil-coordena-exercicio-na-namibia/>>. Acesso em 06 fev. 2019

PADILHA, Luiz. **Brasil e África do Sul fortalecem cooperação na área de defesa.** Defesa Aérea & Naval, 2014. Disponível em: <<https://www.defesaareanaval.com.br/brasil-e-africa-do-sul-fortalecem-cooperacao-na-area-de-defesa>>. Acesso em: 06 jan. 2019.

PANDIÁ CALÓGERAS. Brasília, 2018. Disponível em: <<https://pandia.defesa.gov.br/pt/sobre-o-instituto/20-linhas-de-pesquisa/9-entorno-estrategico>>. Acesso em: 16 jan. 2019.

PENNA, P. F. **Reflexões sobre o Brasil e os desafios do Atlântico Sul no início do século XXI.** In: GHELLER, G. F. GONZALES, S. L. M.; MELLO, L. P. (Orgs.) *Amazônia e Atlântico Sul: desafios e perspectivas para a defesa no Brasil.* Brasília: Ipea: NEP, 2015, p.149-184. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=26107>. Acesso em: 05 jan. 2019.

PEREIRA, L. V. **Relações Brasil-África: cooperação técnica e comércio.** Revista Conjuntura Econômica. Rio de Janeiro, v.65, n.1, p. 53-57, 2011. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rce/article/view/22430/21199>>. Acesso em: 29 jan. 2019.

RÁDIO FRANÇA INTERNACIONAL. **Angola encomenda navios patrulha a estaleiro francês.** 15 de setembro de 2016. Disponível em: <http://pt.rfi.fr/angola/20160915-angola-navios-patrulha-frances>. Acesso em: 20 dez. 2018.

REVISTA DEFESA TV. **Futuro míssil que irá equipar os caças Gripen da FAB, conclui testes na África do Sul.** 2018. Disponível em: <<https://www.defesa.tv.br/futuro-missil-que-ira-equipar-os-cacas-gripen-da-fab-conclui-testes-na-africa-do-sul/>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

SARAIVA, J. F. S. **A Nova África e o Brasil na era Lula: o renascimento da política atlântica brasileira.** Revista Brasileira de Política Internacional. Brasília, v.53, n.spe, p. 169-182, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292010000300010&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 29 jan. 2019.

SEABRA, P. **Uma delimitação: reestruturando a relação de poder do Brasil com a África.** Revista Brasileira de Política Internacional. Brasília, v.57, n.1, p. 77-97, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292014000100077&lng=en&tlng=en>. Acesso em: 20 nov. 2018.

_____. **From geopolitical spill-over to tacit bargaining: Brazilian-African defence cooperation in the South Atlantic (2003-2014).** Dissertação de doutorado em Ciência Política, na especialidade de Relações Internacionais, Lisboa: Universidade de Lisboa, 2015.

_____. **Brazil as a Security Actor in Africa: Reckoning and Challenges Ahead.** Giga Focus Latin America. N.7, p.1-7, dezembro de 2016. Acesso em 20 nov. 2018.

SIPRI – Stockholm International Peace Research Institute. 2018. Disponível em: <<https://www.sipri.org/databases>>. Acesso em: 28 nov. 2018.

SOUSA, C. A. Alte. Esq. **Brasil, Possibilidades de Cooperação para a Segurança da África. Seminário Internacional “Segurança no Golfo da Guiné”.** Ministério de Estado e dos Negócios Estrangeiros de Portugal. Lisboa, 2014. Disponível em: <<https://idi.mne.pt/images/docs/conferencias/guine/017.pdf>>. Acesso em 06 fev. 2019.

SOUSA, S. **Oportunidades para a Inace no exterior.** Diário do Nordeste. Janeiro de 2009. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/negocios/oportunidades-para-a-inace-no-exterior-1.590499>>. Acesso em: 21 dez. 2018.

THOMPSON, N.; MUGGAH, R.. **The Blue Amazon: Brazil Asserts Its Influence Across the Atlantic.** Igarapé Institute. 2015. Disponível em: <<https://igarape.org.br/en/the-blue-amazon-brazil-asserts-its-influence-across-the-atlantic/>>. Acesso em: 02 fev. 2019.

UOL NOTÍCIAS; AGÊNCIA LUSA. **Estaleiro do Ceará exporta navio-patrolha para Namíbia.** Janeiro de 2009. Disponível em:

<<https://economia.uol.com.br/ultnot/lusa/2009/01/15/ult3679u5700.jhtm>>. Acesso em: 21 dez. 2018.

VIEGAS FILHO, J. **A Segurança do Atlântico Sul e as Relações com a África**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2016